

Artigo de Pesquisa

OCUPAÇÃO PIONEIRA, FORMAÇÃO DA REDE URBANA E DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DE INDICADORES SOCIOECONÔMICOS EM REGIÕES PRODUTIVAS DO TOCANTINS E DA BAHIA

Pioneer occupation, urban network formation, and spatial distribution of socioeconomic indicators in productive regions of Tocantins and Bahia

Ocupación pionera, formación de redes urbanas y distribución espacial de indicadores socioeconómicos en regiones productivas de Tocantins y Bahía

Orimar Souza Santana Sobrinho¹, Fernando Luiz Araújo Sobrinho²,

¹ Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Geografia-POSGEA-UnB, Brasília-DF, Brasil. E-mail. orimar@uft.edu.br

 <https://orcid.org/0000-0002-8378-1898>

² Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Geografia-POSGEA-UnB, Brasília-DF, Brasil. E-mail. flasobrinho@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-1815-8677>

Recebido em 02/02/2023 e aceito em 01/11/2023

RESUMO:

Este estudo analisa o movimento pioneiro de ocupação e formação da rede urbana e a distribuição espacial de indicadores socioeconômicos e populacionais no período de 2000 a 2010 para compreender a realidade dos municípios da Mesorregião Oriental do Tocantins e da Mesorregião Extremo Oeste Baiano neste período. Nesta região, a reestruturação produtiva da agropecuária requisitou acréscimos técnicos e outras alterações nos sistemas produtivos tradicionais que ocasionaram rebatimentos no interior das cidades e na vida das pessoas. Temos como pressuposto que o processo histórico de ocupação e formação dos núcleos urbanos condicionou a concentração da população e das atividades em municípios específicos e portanto, neles ocorrem as melhores condições de vida e de desenvolvimento humano. A pesquisa orientou-se pelo rastreamento de bibliografia sobre a formação da rede de cidades da região, os resultados do Censo Demográfico 2000 e 2010 e do Atlas Brasil para elaboração de documentos cartográficos como subsídio para futuros estudos a partir dos dados atualizados do Censo 2022 em andamento. Espera-se assim compreender processos pretéritos que condicionaram o aparecimento das cidades e os fatores políticos, econômicos, ambientais e culturais que no longo tempo garantem a permanência e as transformações ocorridas na dinâmica do desenvolvimento humano deste segmento de rede urbana.

Palavras-chave: Agronegócio; Indicadores Socioeconômicos; Rede Urbana no MATOPIBA; Mesorregião Oriental do Tocantins e Mesorregião Extremo Oeste Baiano; Reestruturação produtiva da agropecuária.

ABSTRACT:

This study analyzes the pioneer occupation and formation of the urban network, as well as the spatial distribution of socioeconomic and population indicators between 2000 and 2010 to understand the reality of the municipalities of the Eastern Mesoregion of Tocantins and the Far Most Western Mesoregion of Bahia, in this period. In these two regions, the restructuring of agricultural production required technical innovations and changes to the traditional production systems that caused repercussions inside cities and in people's lives. We assume that the historical process of occupation and formation of urban centers conditioned the concentration of the population and activities in specific municipalities, therefore generating a concentration of the best living conditions and human development. The research was guided by a review of the literature on the formation of the network of cities in these regions, and an analysis of the results of the 2000 and 2010 Demographic Census and the Atlas Brazil for the elaboration of cartographic documents that can be subsidy for future studies based on updated data from the 2022 Census, now and the political, economic, environmental and cultural factors, that in the long term guaranteed in progress. It is expected to understand past processes that conditioned the emergence of cities the permanence and transformations that occurred in the dynamics of human development in this segment of the urban network.

Keywords: Agribusiness; Socioeconomic Indicators; Urban Network in MATOPIBA; Eastern Mesoregion of Tocantins and Far Most Western Mesoregion of Bahia; Farming productive restructuring.

Ocupación pionera, formación de redes urbanas y distribución espacial de indicadores socioeconómicos en regiones productivas de tocantins y bahía

RESUMEN

Este trabajo analiza el movimiento pionero de ocupación y formación de la red urbana y la distribución espacial de los indicadores socioeconómicos y poblacionales en el período de 2000 hasta 2010 para comprender la realidad de los municipios de la Mesoregión Oriental de Tocantins y de la Mesoregión Extremo Oeste Baiano en este período. En esta región, la reestructuración productiva de la agricultura y la ganadería exigió incorporaciones técnicas y otros cambios en los sistemas de producción tradicionales que causaron repercusiones en el interior de las ciudades y en la vida de las personas. Partimos de la base de que el proceso histórico de ocupación y formación de núcleos urbanos ha condicionado la concentración de población y actividades en determinados municipios y, por lo tanto, en ellos se dan las mejores condiciones de vida y desarrollo humano. La investigación se orientó por el rastreo de bibliografía sobre la formación de la red de ciudades de la región, los resultados de los Censos Demográficos de 2000 y 2010 y del Atlas Brasil para la elaboración de documentos cartográficos como subsidio para futuros estudios basados en datos actualizados del Censo 2022 en proceso. Se espera así comprender los procesos pasados que condicionaron la aparición de las ciudades y los factores políticos, económicos, ambientales y culturales que en largo plazo garantizan la permanencia y las transformaciones ocurridas en la dinámica del desarrollo humano de este segmento de la red urbana.

Palabras clave: Agronegocio; Indicadores Socioeconómicos; Red Urbana en MATOPIBA; Mesoregión Oriental de Tocantins y Mesoregión Extremo Oeste Baiano; Reestructuración productiva de la agricultura.

INTRODUÇÃO

Este estudo aborda o movimento histórico de povoamento e formação da rede urbana da Mesorregião Oriental do Tocantins e da Mesorregião Extremo Oeste Baiano e analisa a existência de padrões espaciais na distribuição da população e de indicadores socioeconômicos considerando o período de 2000 e 2010. Neste recorte

territorial, as mudanças recentes na base dos sistemas produtivos da agropecuária vem se alterando, com profundidade nos espaços urbanos e rurais, bem como o modo de vida e da produção tradicional que caracteriza os lugares e as pessoas.

A nossa hipótese indaga se a ocorrência de alta renda ou de melhores indicadores de desenvolvimento humano tem relações diretas com a concentração da população nos municípios? Além disso, a espacialização comparativa dos indicadores pode revelar padrões espaciais nas relações de vizinhança entre os municípios?

Espera-se que os resultados alcançados possam explicar parte das desigualdades socioeconômicas da região no período selecionado motivando outros estudos comparativos atualizados pelos dados do Censo Demográfico de 2022, ainda em andamento. Além disso, será importante subsídio para implementação de políticas públicas mais adequadas na mitigação das desigualdades regionais ou até mesmo corrigir aquelas já existentes mas, com entraves ou outros impedimentos na sua execução.

Portanto, a revisão bibliográfica realizada aqui indicou a necessidade de rever o movimento de ocupação e povoamento que originou esses seguimentos da rede urbana e os desdobramentos recentes ocasionados pelo agronegócio na reestruturação da produção agropecuária das mesorregiões. Por conseguinte, o levantamento de dados secundários será o suporte à elaboração de produtos cartográficos e tabelas explicativos dos temas abordados na pesquisa. Importa destacar que o Mapa 1 e o Quadro 1 devem ser utilizados como índice na análise dos mapas subsequentes ao longo do texto.

Iniciado por esta introdução, o texto segue com o esforço de caracterização do movimento histórico de ocupação e povoamento da Mesorregião Oriental do Tocantins e da Mesorregião Extremo Oeste Baiano, no Matopiba brasileiro e estruturação da rede urbana, seguido das considerações sobre o MATOPIBA, o agronegócio globalizado, a reestruturação produtiva da agropecuária e formação de Regiões Produtivas Agrícolas (RPAs). Em seguida, as considerações sobre índices e indicadores populacionais e socioeconômicos no Brasil. O tópico seguinte trata dos procedimentos metodológicos seguido pelo tópico com apresentação e discussão de resultados e algumas considerações sobre o estudo realizado.

O MOVIMENTO DE OCUPAÇÃO, POVOAMENTO E ESTRUTURAÇÃO DA REDE URBANA DA MESORREGIÃO ORIENTAL DO TOCANTINS E DA MESORREGIÃO EXTREMO OESTE BAIANO.

Durante todo o século XIX e até a primeira metade do século XX, no recorte territorial que corresponde às atuais mesorregiões Oriental do Tocantins e Extremo Oeste Baiano, persistia a distribuição difusa de uma miríade de incipientes núcleos urbanos indiferenciados funcionalmente e desarticulados entre si.

Em 1610, “La Blanartier penetra no Rio Tocantins e explora-o pelo menos até a cachoeira de Itaboca (PA)” marcando o grande obstáculo e divisor entre o curso inferior do Tocantins, facilmente navegável, e o seu curso médio (VELHO, 2009 p. 11). Portanto, até a primeira metade do século XVII o interflúvio Araguaia-Tocantins marca o processo histórico de povoamento descrito por Schwartz e Lockart (2002), *apud*

Santos (2008, p. 66), pois, nesta ocasião, a confluência desses rios representava o vínculo mais forte estabelecido no sentido sul-norte nessa porção do território colonial.

Para Velho (2009, p. 13), ao final do Século XVIII o Rio Tocantins era todo conhecido e havia sinais da exploração das minas na área das cabeceiras que, por volta de 1722 levou à fundação de São Félix (Chapada da Natividade). Com a abertura de caminhos para circulação e controle do ouro e abastecimento dos moradores da região emerge São José do Duro (Dianópolis) antigo aldeamento indígena e Porto Real (Porto Nacional) (BESSA, 2015). Ainda no século XVIII, Ajara et al (1991) apontam o núcleo de povoamento pioneiro de Peixe, às margens do rio Tocantins, que servia de passagem obrigatória de bandeiras oriundas do sul em busca de garimpos no norte goiano.

Por conseguinte, entre o final do século XVIII até o final do século XIX, a região experimentou uma longa “involução econômica” sem alterações do padrão socioespacial e econômico das décadas anteriores, marcada por formas de produção não capitalistas unicamente de subsistência, vinculadas ainda às formas de produção colonial (BESSA, 2015, p. 10).

As mudanças da situação de estagnação socioeconômica no território correspondente ao atual estado do Tocantins ocorrem de forma efetiva partir da década de 1960, com a abertura de sua principal artéria viária a Rodovia BR-153, também conhecida como Rodovia Belém-Brasília e Transbrasiliana, que atravessa longitudinalmente o Estado.

A implantação dessa rodovia promoveu o deslocamento do eixo de circulação econômica da porção norte de Goiás, antes mediatizado pelo rio Tocantins; induziu a abertura de vias transversais a partir dela que redirecionaram e incentivaram os movimentos populacionais até então verificados no norte de Goiás. E, além disso, possibilitou a implantação e o crescimento de diversos núcleos urbanos fundamentando a estruturação da rede urbana no Tocantins (BECKER, 1979).

A presença da rodovia não provocou a imediata criação de novos eixos de ligação transversais, tampouco o aparecimento de novas cidades na Mesorregião Oriental do Tocantins. Entretanto, afetou profundamente a dinâmica econômica e populacional das cidades tradicionais às margens do Rio Tocantins, existentes desde o ciclo da mineração (BECKER, 1979).

Ademais, foi após 1988, ano em que se tornou o 26º Estado da Federação, e mais fortemente a partir de 1991, que o traçado rodoviário pavimentado foi acrescido de pequenos trechos latitudinais ligando alguns municípios, [“principalmente com a capital Palmas” - TO-080 - e desta com a artéria central, BR-153] (BORGES, SOUZA; PEREIRA, 2014, p. 62).

Na Mesorregião Oriental do Tocantins a implantação da nova capital do estado e do projeto de construção de sua centralidade urbana requereu a articulação de diferentes agentes sociais, visando incorporar Palmas às principais áreas produtivas do estado. O desafio era portanto, integrar na região, em termos de circulação e perspectivas econômicas, os município das áreas com menor dinamismo da parte à leste do rio Tocantins e o sudeste tocantinense (BORGES, SOUZA; PEREIRA, 2014).

Neste sentido, é mister comentar o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – PRODECER, especialmente o PRODECER III Piloto: 1995 – 2001, que acompanhou a tendência já presente nas fases anteriores de incorporar áreas em direção ao norte do cerrado brasileiro onde se insere o município de Pedro Afonso (TO) e outros, como polos de produção agropecuária, conferindo centralidade e diferenciação funcional às cidades sede de municípios como Porto Nacional, Dianópolis e Campos lindos, todos na Mesorregião Oriental do Tocantins (FRAGOSO e CARDOSO, 2022).

Na região do atual Oeste Baiano, sem qualquer sinal de vida urbana durante parte do período colonial, principia seu processo de ocupação e povoamento no início do século XVI com a descoberta da foz do Rio São Francisco por André Gonçalves e Américo Vespúcio. Durante todo o século XVII sertanistas precursores instalaram currais pelas margens do Rio São Francisco e seus afluentes. Na segunda metade do século XVII, o governador geral do Brasil, Dom João de Lencastre, a mando da corte lusitana, iniciou o processo de ocupação e fundação de povoados ao longo dos percursos dos rios Preto, Grande e Corrente, tributários na margem esquerda do rio São Francisco (ALMEIDA, 1996), *apud* (DA SILVA SANTOS, 2016).

A anexação da comarca de São Francisco à Província da Bahia no ano de 1827 ocasionou mudanças no padrão hierárquico dos pequenos núcleos de povoamento existentes, com alguns deles sendo elevados à condição de vilas. A partir de então, a oficialização da navegabilidade do Rio São Francisco pelo trecho partindo de Juazeiro na Bahia até Januária em Minas Gerais, a partir de meados do Século XIX, e o elemento indutor de novas alterações no padrão dos núcleos urbanos na região, com posição de destaque de Barra e Carinhanha nas margens do rio, irradiando uma nova dinâmica de circulação de bens e pessoas por todo o Oeste Baiano (DA SILVA SANTOS, 2016).

A navegação no Rio Corrente iniciava na sua confluência com o rio São Francisco no sentido oeste para o porto de Santa Maria da Vitória. Já no Rio Grande, o percurso partia de Barra em direção à Vila de Campo Largo até a Vila de Barreiras, última estação nessa época. Para Machado (2002, p. 314), esta vila era considerada “animada, populosa e bem situada” por se localizar “próxima a centros de comércio de Goiás”.

Principalmente a partir dos anos 1960 na Bahia, começa a intervenção sistemática do Governo Federal com a construção de rodovias importantes como a ligação de Barreiras com Salvador pela BR-242 e, posteriormente consolidando as ligações com Luiz Eduardo Magalhães chegando até o sudeste do Tocantins. A ligação de Barreiras (BA) com Brasília foi incrementada com a rodovia federal BR-135, construída desde meados da década de 1950 em condições simples, mas possibilitando interações consideráveis de Barreiras com o Piauí, Santa Maria da Vitória (BA) e dali com a região norte de Minas Gerais. Sem negligenciar a BR-349 ligando centros no extremo oeste baiano como Santa Maria da Vitória, Correntina e Bom Jesus da Lapa, além da rodovia estadual BA-172, articulando os centros de Santa Maria da Vitória, Coribe e Cocos, bem como o trecho da BR-020 ligando os municípios de Riachão das Neves com Mansidão todos no extremo oeste baiano (POMPONET, s/d).

No contexto do Oeste Baiano, o papel de destaque de Barreiras na hierarquia urbana regional ganha relevo com a mudança da circulação fluvial para a rodoviária, de modo que esse centro passou a se conectar com as redes urbanas de Brasília, Goiânia e São Paulo (IBGE, 1972, *apud* DA SILVA SANTOS, 2018; ALMEIDA, 1995).

Além disso, merece destaque outras criações urbanas oriundas na primeira metade do século XX que ganharam força de sede de município e emergiram fora do curso de circulação fluvial, diferentemente de suas antecessoras. São municípios que nascem das relações impostas pela reestruturação da agropecuária nos cerrados baianos, a exemplo de Mimoso do Oeste (atual Luís Eduardo Magalhães (BA)) (DA SILVA SANTOS, 2018).

A “Figura 1” representa a distribuição espacial dos núcleos de povoamento pioneiros e a presença dos grandes rios que condicionaram o movimento de ocupação e povoamento da região.

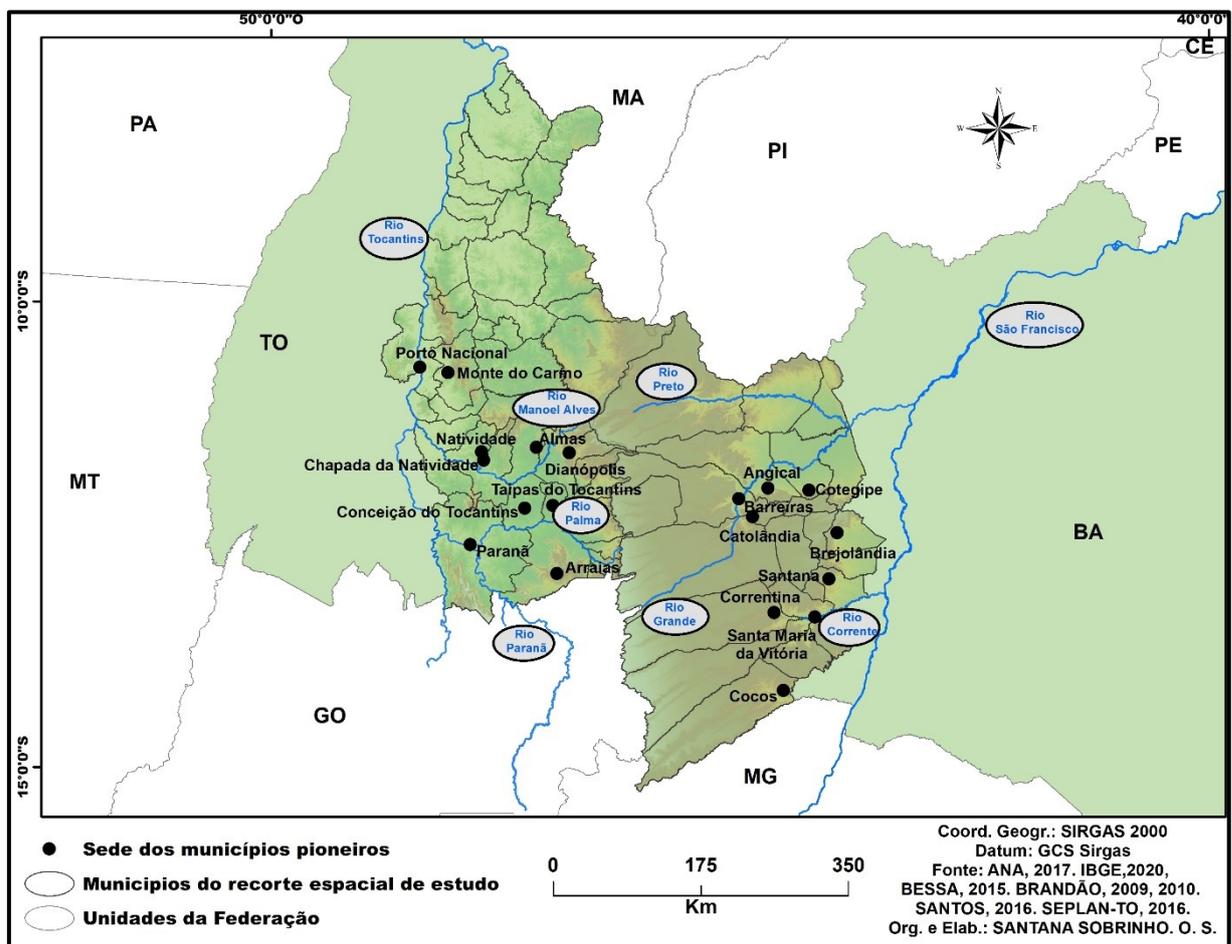


Figura 1. Mapa de localização dos núcleos urbanos pioneiros do recorte espacial de estudo.

Fonte: IBGE, (2020).

O AGRONEGÓCIO, A REESTRUTURAÇÃO DA AGROPECUÁRIA E A FORMAÇÃO DA REGIÃO PRODUTIVA DO MATOPIBA

Para Elias (2011) a reestruturação produtiva da agropecuária traz consigo a criação de demandas novas ligadas às atividades comerciais e de serviços especializados para atender à difusão do agronegócio. A expansão do setor de comércio e especialização dos serviços aparece, fundamentalmente, por meio da reorganização da produção material da economia agrária com aumento da população e do consumo.

Nesse sentido, os espaços urbanos e rurais próximos às áreas de difusão do agronegócio passam a ter novas funções inerentes às demandas desse, com o aparecimento das “casas de comércio de implementos agrícolas, sementes, grãos e fertilizantes;” os “centros de pesquisa biotecnológica; as empresas de assistência técnica e de transportes de cargas”, dentre outros voltados ao agronegócio. Em que pese as transformações nos espaços rurais das RPAs, o crescimento da economia urbana revela que os “circuitos espaciais da produção e os círculos de cooperação” do agronegócio se realizam com expressão no espaço urbano (ELIAS, 2011, p. 159).

Ainda para a autora, o ambiente de atividades e de relações que motivam as alterações dos espaços pelo agronegócio evoluem para a consolidação das redes agroindustriais. São essas redes e seus agentes que assumem o comando das ações do agronegócio com interesse na criação de novas dinâmicas nos espaços que lhes são mais convenientes.

De partida, Pires (2011, p. 2) explica que as transformações ocorridas na agropecuária brasileira aparecem com efeito pela compreensão mais ampla daquilo que se consolidou como agronegócio a partir da segunda metade do século XX. Portanto, o termo “agronegócio” é de uso relativamente recente e guarda correspondência com a noção de agribusiness, cunhada pelos professores norte-americanos *John Davis* e *Ray Goldberg* nos anos 1950, no âmbito da área de administração e marketing. A partir de 1957 nos Estados Unidos, após realizarem a análise sistêmica das relações entre os problemas da agricultura e de outros setores da indústria e do comércio, esses economistas passaram a usar o termo Agribusiness para se referirem a esse fenômeno novo.

Por extensão, no Brasil, a noção de “agronegócio” ganha força de expressão em suas ações a partir dos anos 1960-1970 e se reafirma mais fortemente a partir da década 1990 para designar a agricultura moderna, executada nos moldes capitalistas. Entretanto, essa noção de “agronegócio” somente passa a ser usada no meio acadêmico para se contrapor ao conceito de “agricultura familiar”, expresso no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em 1996 (PIRES, 2013, p. 2).

Por esta razão, o movimento de reestruturação da produção agropecuária brasileira via agronegócio estabeleceu estreitas relações com a expansão dos “modernos sistemas de objetos e dos sistemas de ações” preconizados por Santos (2006, p. 38-39), que fazem aparecer os novos *circuitos espaciais da produção e os círculos de cooperação* de importantes commodities agrícolas.

Desse modo, a criação do Matopiba representa o esforço do Estado em favorecer os mercados via aparelhamento do território e, assim, viabilizar o plantio de soja nos espaços recém-abertos no território nacional que até então compunham uma vasta extensão de

áreas territoriais de reserva. O caso em tela pode revelar a formação de RPAs conforme estudado por Elias (2011, p. 154) pois, envolve áreas importantes de quatro Estados onde a reestruturação produtiva da agropecuária brasileira é um dos processos que promovem a total remodelação do território e a reorganização de um novo sistema urbano e regional.

No interior desse novo recorte regional que concentra a alta produção de *commodities* agrícolas no Brasil as cidades aparecem como receptáculo de rebatimentos contudentes, no que tange à mudança das funções de atendimento às demandas do agronegócio globalizado e

[...] que correspondem aos recortes territoriais compostos tanto pelos espaços agrícolas como pelos urbanos, escolhidos para receber os mais sólidos investimentos [públicos e privados] que formam os focos dinâmicos da economia agrária Elias (2011, p. 155).

Dessa maneira, formam-se as redes agroindustriais que comandam as ações do agronegócio e cujo principal interesse passa a ser a criação de novas dinâmicas nos espaços que lhes são mais convenientes. Por esta razão, incita a consolidação do agronegócio globalizado como via de mão única, defendido pelas elites agrárias, como principal condição para transformação positiva dos lugares.

O movimento histórico de incorporação do Cerrado na contemporaneidade da fronteira de recursos do País se manifesta na criação do Matopiba. Essa expressão designa uma “realidade geográfica” que recobre a totalidade do estado do Tocantins e parcialmente os estados do Maranhão, Piauí e Bahia e é caracterizada pela “expansão de uma fronteira agrícola baseada em tecnologias de alta produtividade” (MIRANDA, MAGALHÃES e CARVALHO, 2014, p. 2).

Para estes autores, as mudanças no uso e ocupação das terras nessa região, se devem a mudanças no uso e na condição fundiária das terras, diferentemente do processo de expansão da agricultura na “calha sul da Amazônia, nas décadas de 1970 e 1980, marcado pelo desmatamento”. Para os autores, no Matopiba

[...] as pastagens nativas extensivas e tradicionais, em áreas de campos e cerrados, são substituídas por culturas anuais intensificadas com novas tecnologias de produção, incluindo a irrigação (MIRANDA, MAGALHÃES e CARVALHO, 2014, p. 2).

E, destacam ainda que a velocidade das mudanças no uso e ocupação das terras no oeste baiano entre 1985 e 2010 produziu uma dinâmica nova, devido à substituição muito rápida das pastagens extensivas em campos e cerrados por uma agricultura mecanizadas e áreas de irrigação e, também, transformou áreas urbanas vizinhas em polos de “desenvolvimento” que nesse caso parece mais apropriada a expressão “crescimento econômico” pois, afirmam que esse movimento se materializa com a “chegada de indústrias e serviços integrados na montante e na jusante da produção agropecuária” (MIRANDA, MAGALHÃES e CARVALHO, 2014, p. 2).

Assim, a análise das desigualdades regionais que marcam e diferenciam a realidade socioeconômica das mesorregiões estudadas, tem relações diretas com a distribuição

espacial das empresas que formam as redes agroindustriais, localizadas em alguns municípios. Essas redes são portadoras de alterações técnicas na base dos sistemas produtivos da agropecuária tradicional e ocasionam rebatimentos consideráveis nas cidades e na vida da população.

Por isso, estudar o desenvolvimento dessa região não deve prescindir dos indicadores socioeconômicos já conhecidos e testados, pois são eles que possibilitam a implantação de políticas públicas mais adequadas a cada região. Além disso, há evidências apresentadas neste estudo que mostram municípios como Barreiras, São Desidério e Luiz Eduardo Magalhães na Mesorregião Extremo Oeste Baiano apresentando flagrantes discrepâncias comparativas do desenvolvimento humano e da renda, em relação a municípios importantes da Mesorregião Oriental do Tocantins como Dianópolis, Arraias e Paranã.

Nesse sentido, se faz relevante apresentar pontos e considerações acerca dos indicadores utilizados neste estudo para compreender o processo de expansão das liberdades humanas e de possíveis alterações nas dinâmicas sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais nas mesorregiões estudadas e que são necessárias para garantir uma variedade de oportunidades para a população dessas regiões

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E A REALIDADE REGIONAL

Para Favareto (2019, p. 21), a ausência de estudos que mostrem as relações entre os impactos territoriais da expansão da fronteira agropecuária na região do MATOPIBA, tanto no campo quanto nas cidades e na vida das pessoas, considerando os indicadores socioeconômicos dos municípios da região, dificulta sobremaneira compreender “o que acontece com o emprego, a pobreza, a desigualdade, entre outras dimensões da vida local”.

Na opinião de Kayano e Caldas (2002, p. 2), os indicadores são instrumentos importantes para controle, gestão e verificação e medição de eficiência e eficácia por permitirem comparar situações entre localidades (espaços territoriais) ou entre períodos diferentes de um mesmo município. E são, por um lado, importantes “ferramentas gerenciais de gestão” para a administração pública; e por outro, um “instrumento fundamental” para a fiscalização, controle e acompanhamento da gestão pública por parte das organizações da sociedade civil.

Talvez por isso, a desestabilização social e econômica dos países após a Segunda Guerra Mundial motivou a elaboração de indicadores que mostrassem com clareza a situação das diferentes nações. Inicialmente foram elaborados indicadores voltados para as quantificações da vida econômica, fortemente ligados aos sistemas de contas nacionais e à mensuração dos agregados macroeconômicos (GUIMARÃES E JANNUZZI, 2005, p. 74).

Desse contexto, a partir da década de 1950 a universalização do PIB per capita emerge como indicador de desenvolvimento associado diretamente aos seguintes fatores: tratava-se de um dado disponível para a quase totalidade dos países; constituía-se numa variável de fácil entendimento; permitiria comparabilidade factível; relacionar-se-ia a

dimensões geralmente reconhecidas como parte integrante do processo de desenvolvimento tais como o crescimento econômico e a dinâmica demográfica Guimarães e Jannuzzi (2005, p 7).

A constatação de que o crescimento econômico não provocava, por si só, uma evolução no nível de qualidade de vida da população levou à busca de novas informações e indicadores, que fossem capazes de melhor refletir a melhoria do bem-estar da população que o PIB per capita.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018)

[...] o Produto Interno Bruto (PIB) no Brasil engloba a preços correntes, os valores adicionados brutos dos três grandes setores de atividade econômica – Agropecuária, Indústria e Serviços – bem como os impostos, líquidos de subsídios, que se desdobra em PIB e o PIB per capita. Considera também o valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social, devido à relevância deste segmento na economia municipal. A análise possibilita comparar os aspectos econômicos de abrangência nacional, regional e municipal (IBGE, 2018, Introdução).

O PIB per capita é calculado a partir da divisão do PIB pelo número de habitantes de uma região ou município e mede quanto do PIB caberia a cada indivíduo se todos recebessem partes iguais (IPEA, 2021). Assim, a utilização do PIB e seus desdobramentos ajuda a compreender as relações macroeconômicas e também traçar o perfil econômico e setorial de cada município.

Para Guimarães e Jannuzzi (2005, p. 7), ao longo do tempo, o PIB per capita demonstrou uma série de desvantagens dentre as quais destacam a incapacidade de refletir a distribuição da renda interna em cada unidade territorial, o fato de ser sensivelmente afetado pela variação cambial e o seu caráter unidimensional, que não capta outros aspectos essenciais tais como a educação, saúde, meio ambiente etc.

Ainda para os autores, com progressivo desgaste do PIB per capita como único indicador para avaliar o nível de desenvolvimento socioeconômico, os mais diversos pesquisadores e organismos internacionais passaram a propor e testar outros indicadores substitutos.

Os dados censitários da população disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), permitem compreender os movimentos populacionais ocorridos nos municípios de determinado recorte territorial em períodos específicos.

Isto é possível porque o Censo Demográfico realizado pelo IBGE,

Constitui a principal fonte de referência para o conhecimento das condições de vida da população em todos os municípios do País e em seus recortes territoriais internos, tendo como unidade de coleta a pessoa residente, na data de referência, em domicílio do Território Nacional (IBGE, 2022).

Nesse sentido é possível identificar a maior ou menor concentração da população entre os municípios para estabelecer outras relações possíveis quando comparada com a renda, acesso à saúde, educação, dentre outros.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um índice que busca mensurar o nível de desenvolvimento de um país para além da simples relação entre a população e a renda econômica contida no PIB per capita.

Em seu escopo, o IDH preconiza que as pessoas não são consideradas “meios de produção” e sim “objetivos finais” do processo produtivo. Além disso, não devem ser inseridas como “beneficiárias do desenvolvimento” e sim agentes que participam do processo, deste modo o conceito de desenvolvimento suplanta a noção de “necessidades básicas” que se extingue com “provisão de bens básicos” ao indivíduo, interessando-se mais nas possibilidades individuais de escolha que são disponibilizadas a esses indivíduos (MANCERO, 2001).

Para os autores, o principal equívoco está em minimizar ou desconsiderar a importância de eventuais avanços ou retrocessos nas condições de vida ou no desenvolvimento humano da população de determinado município, quando essas transformações se realizam por outros meios e condições diferentes como os aspectos culturais, ambientais e políticos portanto, apartados das dimensões contempladas pelo IDH.

Ainda na visão de Cardoso (1998) citado por Kayano e Caldas (2001, p. 28), outro detalhe importante que se coloca para o IDH é que esse índice estabelece “padrões mínimos universais de qualidade de vida, válidos para todos os países e culturas”, desconsiderando, portanto, as particularidades regionais e certa relatividade dos hábitos de consumo e satisfação das pessoas. Em sociedades onde a divisão territorial e social do trabalho e a institucionalização das relações mercantis operam com fracas interações entre os lugares, a renda é um critério pouco efetivo para avaliar a produção e a circulação de bens e riquezas. Além disso, existem grupos sociais para os quais o acesso ao conhecimento se dá a partir de meios ligados à tradição ou transmissão oral, mais eficazes para lidar com as realidades locais do que a alfabetização.

Visando aperfeiçoar o IDH com adequações metodológicas para as peculiaridades locais e regionais do Brasil, a Fundação João Pinheiro (FJP) em Minas Gerais e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) desenvolveram estudo pioneiro sobre o desenvolvimento humano nos municípios mineiros em 1996, dando origem ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M).

Mesmo considerando as três dimensões do IDH global (Renda, Educação e Longevidade), os resultados do IDH-M não são comparáveis ainda que esses dois índices se refiram à mesma unidade geográfica e ao mesmo ano pois,

[...] as principais adaptações foram feitas nos indicadores de Renda e de Educação, com o propósito de que os indicadores envolvidos refletissem, com mais precisão, o desenvolvimento humano da população efetivamente residente em cada município (GUIMARÃES E JANNUZZI, 2005, p. 80).

Com dados do Censo 2000 e recalculado para 1991, a nova versão do IDH-M 2000 acirra ainda mais alguns dos diversos problemas inerentes ao IDH nacional. Na dimensão renda, “o indicador da “renda familiar per capita média” foi substituído pela opção “renda municipal per capita” com forte abordagem econômica e, por esta razão, renega a família

como a verdadeira unidade de consumo dos indivíduos dificultando reconhecer a diversidade das desigualdades na distribuição da renda. Portanto, fica comprometido também a aferição da proporção de pessoas e/ou famílias situadas abaixo de determinado nível de renda (proporção de famílias pobres ou indigentes, por exemplo), fundamental para o planejamento de programas voltados para maiores carências (GUIMARÃES E JANNUZZI, 2005, p. 81).

Na dimensão Longevidade, os autores já citados destacam ainda o problema de um único indicador (esperança de vida ao nascer) que é usado para avaliar condições de saúde e salubridade existentes no município. Para eles,

embora consagrado internacionalmente como um dos indicadores de desenvolvimento humano, a esperança de vida ao nascer, calculada a partir dos dados censitários, apresenta severas limitações quando se trata de unidades territoriais muito pequenas em termos populacionais – realidade de um expressivo número de municípios brasileiros [...] exatamente os mais pobres (GUIMARÃES E JANNUZZI, 2005, p. 81).

Na dimensão Educação, Guimarães e Jannuzzi (2005, p. 81) se voltam para as sérias divergências ocasionadas pela substituição do indicador “número médio de anos de estudo” (adotado no cálculo do IDH-M anterior) pela “taxa bruta de frequência à escola” (considerado para o IDH-M atual). Para os autores, o indicador “número médio de anos de estudo” capta a escolaridade média efetivamente alcançada pela população dos municípios até determinado período, mostrando distorções entre idade e série cursada e assim, possibilita avaliar as situações de avanços ou de estagnação da população nas diferentes etapas de ensino em determinado período de tempo. No caso da “taxa bruta de frequência à escola” os autores esclarecem que ela apenas revela a parcela de pessoas (independentemente da idade) com acesso à sala de aula, comparada com a população em idade escolar e portanto

[...] não permite a identificação daqueles que, em idade escolar, deveriam e não estão a frequentar qualquer estabelecimento de ensino, bem como não revela o grau de distorção entre idade e série cursada (indicador indireto da qualidade do ensino), só para citar dois balizadores fundamentais das políticas educacionais [...] [assim], esse indicador termina por alcançar elevadas proporções, superdimensionando a Educação e, conseqüentemente, o valor do IDH-M (GUIMARÃES E JANNUZZI, 2005, p. 81).

Mesmo após explicitar aspectos conflitantes no interior do IDH e do IDH-M, é relevante destacar a importância do uso desses indicadores quando o objetivo é identificar e comparar a formação de padrões espaciais socioeconômicos entre diferentes recortes territoriais.

A representação destes índices e indicadores considera que a desenvolvimento humano municipal Muito Baixo são aqueles municípios classificados de 0,0 a 0,449, os municípios com índice Baixo de desenvolvimento humano municipal estão entre 0,500 até 0,599, para a condição de Médio devem estar entre 0,600 e 0,699, já aqueles classificados com desenvolvimento humano municipal Alto aparecem entre 0,700 e 0,799 e finalmente aqueles com desenvolvimento humano municipal Muito Alto apresentam índice acima de 0,800 a 1,000 (ATLAS BRASIL, 2022).

PERCURSO METODOLÓGICO

Inicialmente, realizou-se o levantamento bibliográfico da ocupação, povoamento e formação da rede urbana do recorte territorial para, em momento subsequente, elaborar o levantamento e organização de dados secundários de fontes consistentes para dar suporte à elaboração de documentos cartográficos que ajudam a compreender, por exemplo, o relacionamento entre a distribuição da população e o IDHM e também desta com o PIB per capita. O objetivo é observar a existência de padrões entre a concentração da população e a ocorrência de elevados indicadores ou seu contrário.

Os principais bancos de dados utilizados foram encontrados na página eletrônica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2022), sem perder de vista a contribuição dos estudos de Elias (2011) sobre as Regiões Produtivas Agrícolas (RPAs).

Foram necessários procedimentos específicos no software de geoprocessamento ArcGIS versão 10.8, alterando a técnica de “Quebras naturais”. Essa técnica agrupa valores semelhantes e maximiza as diferenças entre classes ao adicionar valores que não estão uniformemente distribuídos. Assim, utilizando o modo “Manual”, é possível realizar ajustes na classes de valores do IDH-M, por exemplo, para fazer melhor distribuição dos dados possibilitando comparações mais adequadas de sua distribuição.

ALGUNS RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com o fito de analisar diferentes aspectos dos municípios desse segmento de rede urbana, a “Figura 2” apresenta o porte demográfico e a distribuição espacial do PIB per capita dos municípios no período 2000/2010.

Do total de 70 municípios que compõem o recorte espacial dessa pesquisa, na Mesorregião Oriental do Tocantins são 46 e na Mesorregião Extremo Oeste Baiano 24 municípios. Em que pese a constatação, pode-se inferir inexpressiva mobilidade nas mudanças do porte demográfico dos municípios no período analisado. No limiar máximo de 5.000 habitantes em 2000 com 31 municípios 29 estão em Tocantins e 2 na Bahia sendo importante destacar a ausência de dados populacionais em 2000 para Luiz Eduardo Magalhães que ainda estava ligado ao município de Barreiras entretanto, este chega a 2010 com expressivo aumento da população superior a 40.000 habitantes.

As mudanças pouco expressivas no aumento do porte demográfico dos municípios com população superior a 5.000 habitantes evidencia outra concentração significativa de municípios com população entre 10.001 e 40.000 habitantes e que nesse caso, são apenas 5 localizados no Tocantins e 18 na Bahia. A partir deste limiar em ambos os períodos analisados observa-se certo emparelhamento dos municípios mais populosos sendo que no porte demográfico de até 70.000 habitantes não se pode ignorar o município de Santa Maria da Vitória entre 2000 e 2010 alçando este patamar. O grande destaque no porte demográfico regional permanece como Barreiras na Bahia e a capital do Tocantins Palmas. Além disso, a compartimentação do território é mais evidente no

Tocantins com número maior de municípios pouco densos organizados em menor tamanho de área territorial.

Os aspectos econômicos captados pelo PIB per capita 2002 e 2010 do recorte espacial analisado realçam evidências intermunicipais nos valores do PIB per capita. Enquanto na primeira classe de ambos os períodos não há mudanças no aumento do número de municípios o mesmo não se pode dizer do maior valor do PIB per capita que passa de R\$ 2.126,37 em 2002 para R\$ 5.367,84 em 2010, representando aumento de 252% em aproximadamente uma década. Além disso, fica evidente nos municípios com maior tamanho de área territorial do lado baiano a concentração de população superior a 40.000 habitantes e maior PIB per capita com valores superiores a R\$ 34.000,00 em 2010. Diferentemente do Tocantins com maior quantitativo de municípios há preponderância da população abaixo de 5.000 habitantes e apenas a capital Palmas com PIB per capita superior a R\$ 34.000,00 no final do período analisado.

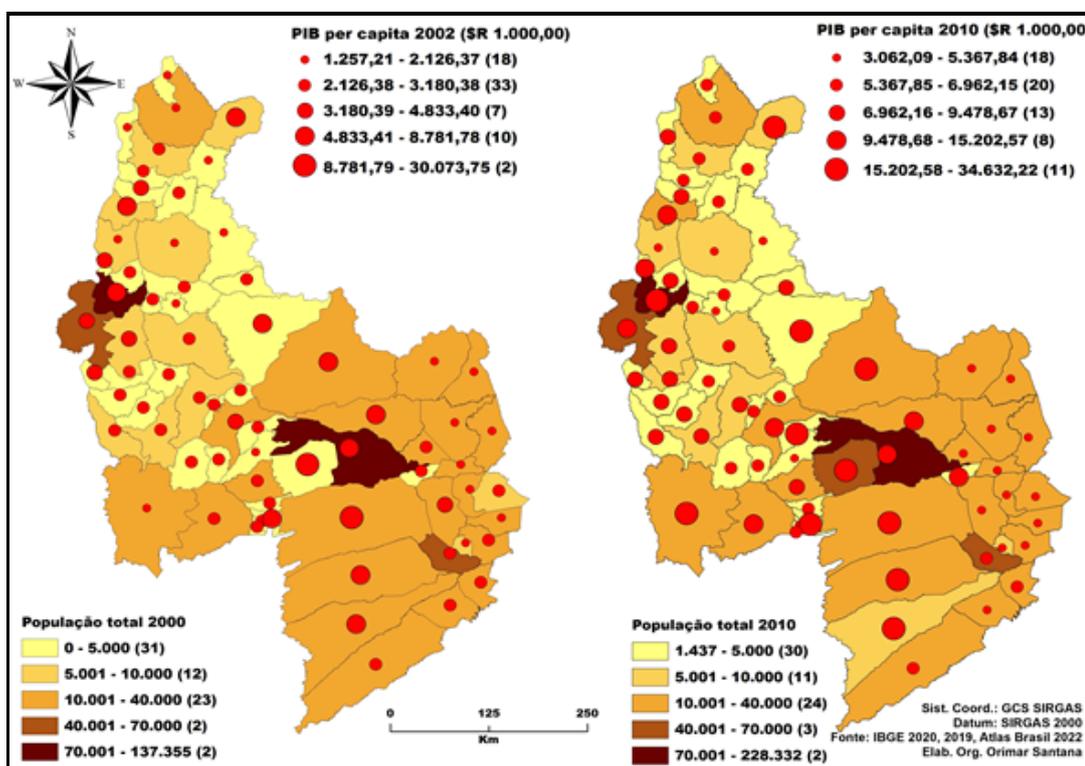


Figura 2. Distribuição da população 2000, 2010 e do PIB per capita 2002, 2010 nos municípios
Fonte: IBGE (2020 e 2016), Atlas Brasil (2022)

O objetivo central da “Figura 3” é suscitar simultaneamente a análise econômica dos municípios considerando o PIB per capita 2002 e 2010 e as condições de desenvolvimento humano a partir do IDH-M 2000 e 2010.

De partida, destaca-se as mudanças consideráveis ocorridas no valor do PIB per capita e na mobilidade interclasse dos municípios no período analisado. Na primeira classe com

18 municípios em ambos os períodos o extraordinário aumento do PIB per capita que foi de 252% de 2002 para 2010 mas, se arrefece na classe seguinte. Assim, na segunda classe com 33 municípios em 2002 ocorre redução para 20 municípios em 2010 e além disso, o aumento no valor do PIB per capita foi de 218%. É relevante destacar a grande mudança no número de municípios da terceira classe que passa de 7 em 2002 para 13 em 2010, sinalizando assim melhoras econômicas na renda da população. E ademais, na última classe, o aumento considerável do número de municípios de que passa de 2 em 2002 para 11 em 2010 foi contemplado com aumento menor no valor total do PIB per capita que foi 115%. Portanto, pode-se inferir que no período em tela houve considerável melhoria econômica para grande parte da população de um número maior de municípios, principalmente na Mesorregião Oriental do Tocantins com destaque para Campos Lindos, Lavandeira Mateiros, Novo Jardim, Palmas, Paranã e Pedro Afonso e na Mesorregião Extremo Oeste Baiano Correntina, Formosa do Rio Preto, Jaborandi, Luiz Eduardo Magalhães e São Desidério (ver Mapa 1 e Quadro 1).

Igualmente significativas são as mudanças que ocorrem nesse recorte territorial no período em tela quando observado o IDH-M. Parte-se do princípio que este índice tem como objetivo precípuo considerar as pessoas não como “meios de produção” e sim “objetivos finais” do processo produtivo e que também não devem ser inseridas como “beneficiárias do desenvolvimento” e sim agentes que participam do processo visando melhorar sua capacidade de almejar reais possibilidades individuais de escolha nos lugares onde residem. Nesse sentido, em que pese as mudanças na distribuição dos valores do PIB per capita e a considerável mobilidade dos municípios nas classes de valores entre 2002 e 2010, em relação ao IDH-M um número expressivo de municípios (61) encontram-se agrupados em patamares abaixo de 0,499 portanto, com IDH-M Muito Baixo em 2000 e apenas oito municípios classificados com IDH-M Baixo. Destaque na Mesorregião Oriental do Tocantins onde a capital Palmas está no comando da rede urbana ocupando o patamar máximo de município com IDH-M Médio.

Importa destacar as mudanças consideráveis no período com a queda no número de municípios com IDH-M Baixo em 2010 e a alta concentração de municípios (42) classificados com IDH-M Médio e, além disso, ocorre mudança significativa neste recorte territorial em 2010 com (6) municípios já alcançando a posição de IDH-M Alto e em sua maioria (6) localizados na Mesorregião Oriental do Tocantins com apenas (2) na Mesorregião Extremo Oeste Baiano.

Deste contexto pode-se inferir que após o aumento expressivo nos valores mais baixos do PIB per capita entre 2002 e 2010 na maioria dos municípios de pequeno porte populacional de 5.000 habitantes, essa nova realidade passa a interferir positivamente na capacidade econômica da população destes municípios. Além disso, ocorre modificações consideráveis na mobilidade dos municípios rumo ao almejado desenvolvimento humano ainda que metade dos número de municípios esteja concentrada na posição de IDH-M Baixo e outra metade com IDH-M Médio em 2010. Não é por outra razão a ocorrência de conjuntos de municípios formando contiguidades seja a partir do porte populacional, da posição em relação ao IDH-M e das novas possibilidades econômicas auferidas pelo PIB per capita.

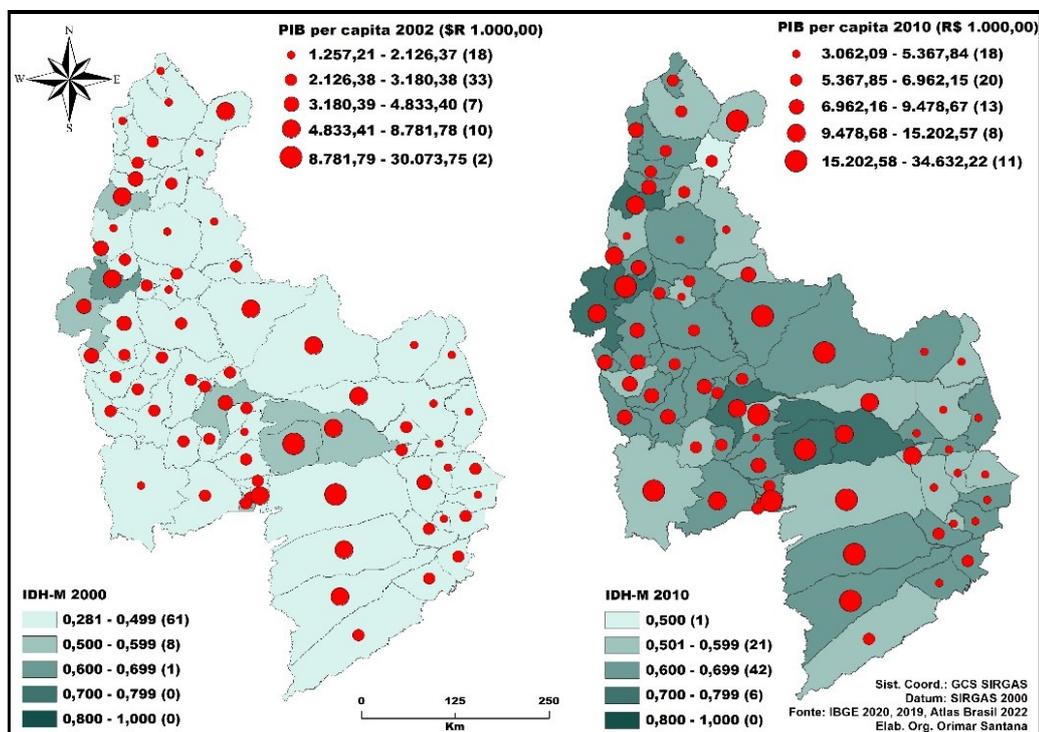


Figura 3. Distribuição espacial do IDH-M 2000, 2010 e do PIB per capita 2002, 2010
Fonte: IBGE (2020 e 2016), Atlas Brasil (2022)

Após a elaboração IDH-M como versão municipal do IDH, reconheceu-se a necessidade de adequações na dimensão Educação. Dentre outras dificuldades, a taxa bruta de frequência à escola que é considerada na sua composição atual revela apenas a parcela de pessoas (independentemente da idade) com acesso à sala de aula comparada com a população em idade escolar entretanto, não permite identificar distorções entre idade e série cursada ou a população em idade adequada e fora da escola. Portanto, na “Figura 4” a intenção se concentra em analisar a representação de aspectos importantes do indicador educação presentes no IDH-M.

Nesse sentido, destaca-se em 2000 a máxima concentração de 69 municípios (98,5%) com IDH-M Educação Muito Baixo e apenas a capital do Tocantins Palmas, com IDH-M Educação Baixo. No período subsequente, 2010, ocorre considerável mobilidade no valor do IDH-M Educação dos municípios com quase metade deles (31) na categoria de IDH-M Educação Muito Baixo mas, o mesmo quantitativo de municípios se elevam classificados com IDH-M Educação Baixo. Nos extratos com maior valor do IDH-M Educação Médio aparecem 6 municípios e apenas 2 deles na Mesorregião Oriental do Tocantins (Palmas e Porto Nacional) chegando ao patamar de IDH-M Educação Alto.

Conforme apontado em momento anterior, mesmo com o aumento considerável do PIB per capita que foi de 252% de 2002 para 2010 saindo do valor total de R\$ 2. 126,37 para

R\$ 5.367,84 abrangendo 18 municípios, na segunda classe com 33 municípios em 2002 houve redução para 20 municípios em 2010 e além disso, o aumento no valor do PIB per capita foi de somente 218%. É relevante destacar a grande mudança no número de municípios na terceira classe que passa de 7 em 2002 para 13 em 2010, sinalizando assim melhorias econômicas na renda da população. Ainda chama atenção o aumento considerável do número de municípios no limiar superior que passam de 2 em 2002 com R\$ 30.073,75 para 11 em 2010 com aumento no valor total do PIB per capita que foi 115%. Portanto, pode-se inferir que no período em tela houve considerável melhoria econômica para grande parte da população de um número maior de municípios principalmente na Mesorregião Oriental do Tocantins.

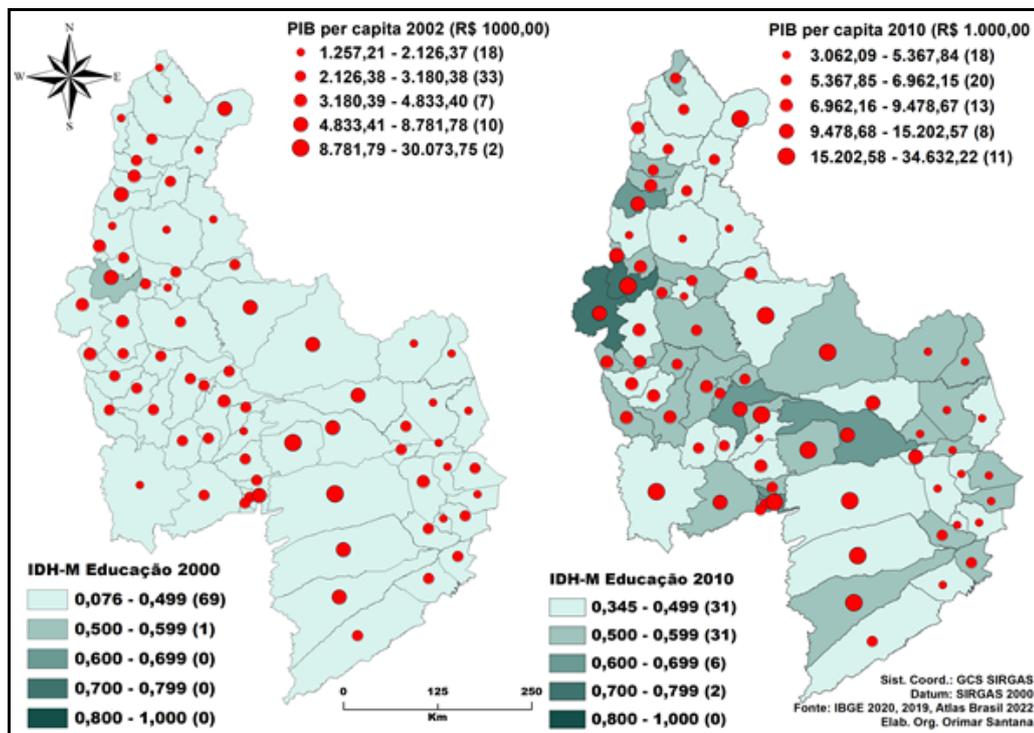


Figura 4. Distribuição espacial IDH-M Educação 2000, 2010 e PIB per capita 2002, 2010
Fonte: IBGE (2020 e 2016), Atlas Brasil (2022)

Para analisar as condições da longevidades neste recorte territorial, se faz necessário destacar na Mesorregião Oriental do Tocantins a concentração de municípios com porte demográfico de até 5.000 habitantes conforme a “Tabela 1”.

Conforme argumentação precedente, a dimensão Longevidade utiliza o indicador (esperança de vida ao nascer) para avaliar condições de saúde e salubridade existentes no município e que, calculada a partir dos dados censitários, apresenta severas limitações quando se trata de unidades territoriais muito pequenas em termos populacionais evidenciando assim a situação do Tocantins ver (Figura 5).

Tabela 1. Porte Demográfico dos Municípios - 2000/2010

Porte Demográfico	Mesorregião Oriental Tocantins				Mesorregião Extremo Oeste Baiano			
	2000		2010		2000		2010	
	Nº Mun.	% Total	Nº Mun.	% Total	Nº Mun.	% Total	Nº Mun.	% Total
Até 5.000 Habitantes	29	63,4	28	60,86	2	8,33	1	4,16
Entre 5.001 e 10.000	10	21,73	9	19,56	2	8,33	2	8,33
Entre 10.001 e 40.000	5	10,86	6	13,04	18	75,00	18	75,00
Entre 40.001 e 70.000	1	2,17	2	4,34	1	4,16	2	8,33
Acima de 70.000	1	2,17	1	2,17	1	4,16	1	4,16
Total	46	100	46	100	24	100	24	100

Fonte: IBGE-Censo Demográfico (2000 e 2010).

Neste sentido, considerando que em 2000 a maioria absoluta dos municípios (81,4%) estavam na posição de IDH-M Longevidade Médio, em Tocantins, mais de 60% possuem menos até 5.000 habitantes portanto, o porte demográfico pode comprometer a comparação generalizada das condições de saúde e salubridade nos municípios. Entretanto, com as melhoras no indicador em 2010, pode-se inferir que a expressiva concentração de municípios com IDH-M Longevidade Alto indica melhores condições para grande maioria da população dos municípios pouco densos do Tocantins que são 27 para apenas 3 municípios baianos.

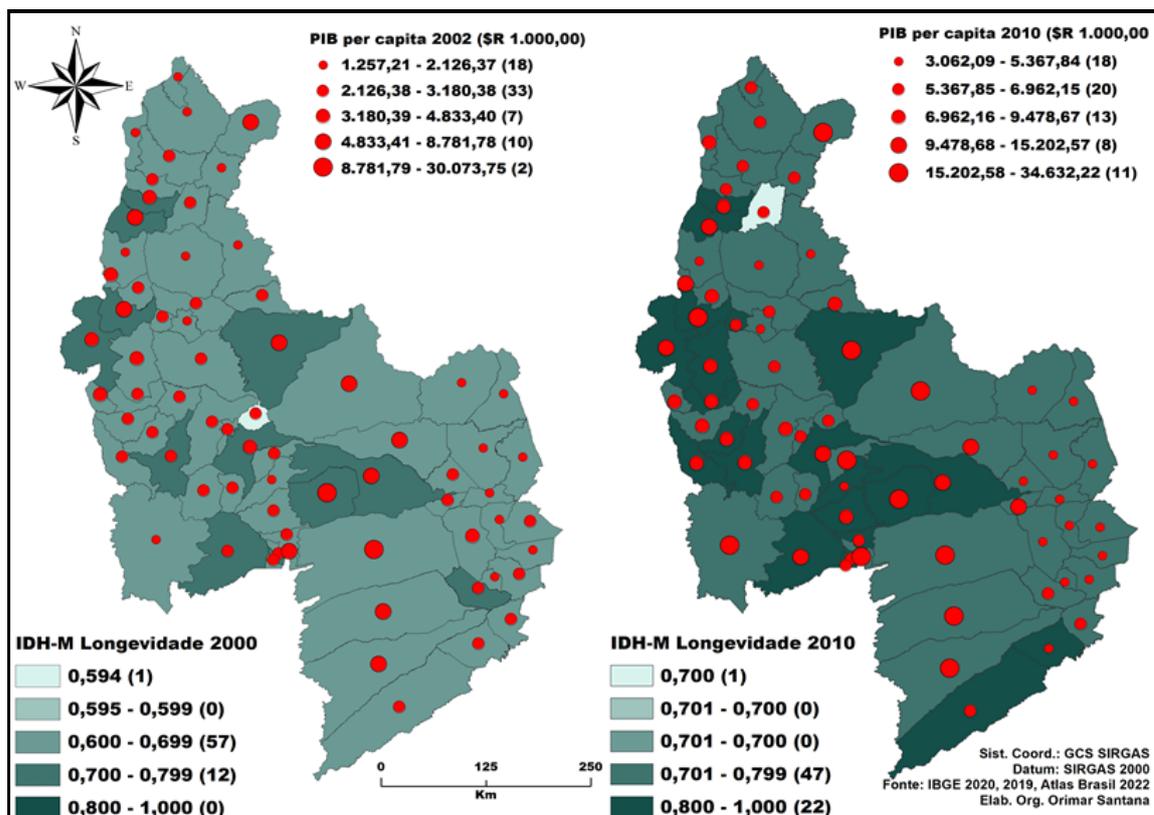


Figura 5. Distribuição espacial IDH-M Longevidade 2000, 2010 e PIB per capita 2002, 2010.
Fonte: IBGE (2020 e 2016), Atlas Brasil (2022)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exposto corrobora nossa hipótese quando esclarece que o movimento pioneiro de ocupação e povoamento da região ocasionou a distribuição territorial difusa das pessoas e das atividades nesse espaço, com desdobramentos na formação e organização dos embriões urbanos.

Nesse sentido, a reestruturação da produção agropecuária indutora do agronegócio tem papel relevante nas transformações que vem ocorrendo nas condições de produção do municípios. São rebatimentos contundentes devidos à instalação de grandes empresas no entorno das cidades e por conseguinte modificando sobremaneira a vidas da população e as infraestruturas locais.

Portanto, a ocorrência de alta renda ou de melhores indicadores de desenvolvimento humano pode ter relações diretas e indiretas com a concentração da população, além de revelar padrões espaciais nas relações de vizinhança entre os municípios.

Neste sentido, as discrepâncias no porte demográfico entre as regiões se acentuam na medida em 60% dos municípios tocantinenses apresentam os contornos de um padrão geográfico de menor expressão populacional em relação ao extremo oeste

baiano, refletindo na distribuição espacial dos indicadores nos diferentes períodos analisados.

Observa-se que o aparente descompasso no aumento do PIB per capita e variações no IDHM da região se evidenciam com a permanência do número maior de municípios na Mesorregião Oriental do Tocantins auferindo valores mais baixos do PIB per capita podendo também refletir para outros rebatimentos diretos na grande maioria desses mesmos municípios que apresentam IDH-M Muito Baixo em 2000. Além disso, o aumento do PIB per capita pode não refletir melhorias mais expressivas nas condições do IDH-M Educação ou IDH-M Longevidade.

A ideia de que valores mais altos do PIB per capita representam melhores condições de desenvolvimento humano não reverbera quando consideramos a situação representada na dimensão longevidade, saúde e salubridade dos municípios entre 2000 e 2010. Mesmo descontando particularidades dos dados e informações contidas nos indicadores, observa-se o número maior de municípios tocantinenses com melhores condições em relação aos municípios baianos.

Por fim, recomenda-se a necessidade de permanentes atualizações dos dados em tela e possíveis inserções de novas informações que permitam analisar essa realidade regional.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília, pelo apoio técnico/administrativo durante a elaboração do artigo.

CONTRIBUIÇÕES DOS AUTORES:

Concepção, pesquisa, metodologia, análise inicial: Orimar Souza Santana Sobrinho. **Revisão, análise geral, supervisão do conteúdo:** Prof. Fernando Luiz Araújo Sobrinho

REFERÊNCIAS

- AJARA, C; FIGUEIREDO, A. H de; BEZERRA, V. M. D. C; BARBOSA, J. G. O ESTADO DO TOCANTINS: reinterpretação de um espaço de fronteira. **Revista Brasileira de Geografia** / Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - v. 53, n. 4, p. 5 - 48, out./dez. 1991.
- ALMEIDA, Ignez Pitta de. **Saudade de Barreiras**: álbum de recordações. Barreiras: Gráfica Irmãos Ribeiro, 1996.
- ATLAS BRASIL. 2022. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/>>
- BECKER. B. K. Política regional e mobilidade populacional numa fronteira de recursos do Brasil. **Rev. Bras. Geogr.** | Rio de Janeiro | ano 41 | n.0 4 | p. 1-188 | out./dez. 1979.

Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1979_v41_n4.pdf>

BESSA. K. Periodização e Diferenciação Espacial no Segmento de Rede Urbana no Tocantins. **Espaço Aberto**, PPGG - UFRJ, V. 5, N.1, p. 9-27, 2015. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/EspacoAberto/article/view/3312>>

BORGES. R. T. SOUZA. P. A. B. de. PEREIRA. E. Q. Expansão da malha rodoviária e antropização na área de influência direta das rodovias pavimentadas no Estado do Tocantins entre 1990 a 2007. **Revista Interface**, Edição nº 08, outubro de 2014 – p. 60-77. Disponível em: <<https://interface.org.br/edicoes/page/3/>>

DA SILVA SANTOS. I. D. O papel das localidades centrais na rede urbana o oeste baiano: do declínio de Barra à ascensão de Barreiras (início do Século XX à década de 1980). **Caminhos de Geografia**. Uberlândia - mg v. 19, n. 65 março/2018 p. 29–42. Disponível em: <

<https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/36739>>

_____. A gênese do urbano no Oeste Baiano: os núcleos de povoamento e a rede de vilas no século XIX. **GeoTextos**, vol. 12, n. 1, julho 2016. I. Santos. 133-156.

Disponível em: <

<https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/15704/11199>>.

ELIAS. D. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. V. 13, N. 2/novembro 2011. Disponível em: <<https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/400>>

FAVARETO, A. **Entre chapadas e baixões do Matopiba: dinâmicas territoriais e impactos socioeconômicos na fronteira da expansão agropecuária no cerrado**.

Favareto Arilson (Org.), Nakagawa, L, Pó, M, SEIFER, P, KLEEB, S. São Paulo: Prefixo Editorial 92545, 2019. Disponível

em: <https://favaretoufabc.files.wordpress.com/2019/05/2019_favareto_et_al_entre_chapadas_e_baixoes_do_matopiba_ebookcompleto.pdf>.

FRAGOSO, D, de B. e CARDOSO, E. A. **Expansão da Agricultura no Tocantins**.

(In) Agricultura e mudanças do clima no Estado do Tocantins: vulnerabilidades, projeções e desenvolvimento [livro eletrônico] organização Erich Collicchio, Humberto Ribeiro da Rocha. -- Palmas, TO: Editora Universitária-EdUFT, 2022. 438 p. PDF. Disponível em: <<https://repositorio.uft.edu.br/handle.>>

GUIMARÃES. J. R. S. JANNUZZI. P. de M. IDH, INDICADORES SINTÉTICOS E SUAS APLICAÇÕES EM POLÍTICAS PÚBLICAS. UMA ANÁLISE CRÍTICA. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, vol. 7, núm. 1, mayo, 2005, pp. 73-90. Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional

Recife, Brasil. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=513951699006>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Malhas Territoriais. Malha Municipal**, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html?=&t=acesso-ao-produto>. Acesso em: 15/10/2022.

_____. **Censo Demográfico 2010, 2020**. Disponível

em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?=&t=destaques> Acesso em: 19/10/2022.

KAYANO, J. CALDAS, E. de L. Indicadores para o diálogo. GT Indicadores.

Plataforma Contrapartes Novib. Texto de apoio da Oficina 2. São Paulo, 03 a 05 de junho de 2002. Disponível em: <<https://polis.org.br/wp-content/uploads/2020/03/Indicadores-para-o-Dialogo.pdf>>.

MACHADO, F. M. **Navegação do Rio São Francisco.** Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.

MIRANDA, E. E. de. MAGALHÃES, L. A. e CARVALHO, C. A. de. Proposta de Delimitação Territorial do MATOPIBA. **GRUPO DE INTELIGÊNCIA TERRITORIAL ESTRATÉGICA (GITE).** Nota 1. Técnica Campinas, SP. Maio, 2014.

PIRES, S. S., RODRIGUES, M. P., MESQUITA, B. A. de. A Expansão do Agronegócio e a Expropriação Agrária da Amazônia. Acta Científica XXIX Congresso de la Asociación Latinoamericana de Sociología 2013. ISBN: 978-956-19-0828-4. Disponível em: <<http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT8>> Acesso em: 19/09/2018.

SANTOS, F. V. **O governo das conquistas do norte: trajetórias administrativas no Estado do GrãoPará e Maranhão (1751-1780).** 2008. 440 f. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo. Departamento de História, São Paulo. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-06072008-140850/publico/tde.pdf>>.

SANTOS, C. C. M. dos. Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – PRODECER: um espectro ronda os cerrados brasileiros. **Estudos Sociedade e Agricultura (outubro de 2016 a janeiro de 2017) v. 24 n. 2 out. 2016 a jan. 2017.** Publicado: 28-10-2016. Disponível em: <<https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/issue/view/58>>

SCHWARTZ, S. e LOCKART, J. **A América Latina na época colonial.** Trad. Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

VELHO, O. G. Frente de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônia [online]. Rio de Janeiro: **Centro Edelstein de Pesquisas Sociais**, 2009, 172p. ISBN: 978-85-9966-291-5. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



Revista Geonorte, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Amazonas. Manaus-Brasil. Obra licenciada sob Creative Commons Atribuição 3.0